



Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1996

JORNAL DO CENSO

Informativo do IBGE sobre os Censos 96

Divisão de Pesquisa do Rio é a número um nos Censos 96

O Rio de Janeiro, estado que teve um fraco desempenho no Censo de 91, largou na frente este ano e terminou em primeiro lugar a coleta dos Censos, em 30 de outubro. Romualdo Pereira de Rezende, 38 anos, chefe substituto da Divisão de Pesquisa - Dipeq - do Rio de Janeiro, conta como foram as pesquisas na sua unidade e mostra o trabalho da equipe que se tornou um exemplo para o IBGE.

PÁGS. 4 E 5

Notas

- ✓ **Cenas do Censo** - As imagens de um recenseamento em Belém do Pará que mais parece um *rally* na selva.
- ✓ O Rio de Janeiro já terminou a coleta, mas a pesquisa continua nos outros estados. Acompanhe as novas posições no **Ranking dos Censos**.
- ✓ IBGE reúne-se e traça estratégias para terminar a coleta em 30 de novembro.

PÁGS. 3



Histórias do Censo

Coordenador do IBGE é refém de índios

Uma semana na companhia de 600 índios. Parece ficção, mas aconteceu. Conheça a história do coordenador de área do IBGE, João Francisco Costa, 45 anos, que dá um depoimento relatando a experiência de ser refém dos índios Guajajaras, durante um protesto no Maranhão.

PÁG. 8

Linha Direta

Por que há desconto do INSS na remuneração do recenseador? Quais os direitos dos recenseadores na rescisão do contrato? Neste número, os técnicos do IBGE esclarecem essas questões.

PÁG. 2

Censo na História

Recenseadoras são musas de escritores

Carlos Drummond de Andrade e Flávio José Cardozo já fizeram das recenseadoras do IBGE suas musas, inspiradoras de bonitas poesias e crônicas. Segundo os escritores, cercados de tanta beleza, eles seriam capazes de preencher o mais burocrático dos questionários.

PÁGS. 6 E 7



Linha Direta

“Gostaria de saber por que todo mês vem no meu contracheque o desconto do INSS se não sou funcionário efetivo e não tenho carteira assinada”.

Recenseador, Minas Gerais

O desconto do INSS está previsto em lei para esse tipo de contrato e a sua remuneração mensal também deve sofrer esse desconto. Como o recenseador ganha por produção, o INSS é descontado proporcionalmente à remuneração recebida, a cada contracheque.

Se na primeira semana de trabalho do mês o recenseador receber R\$ 200,00, o desconto será na faixa prevista de 8%, ou seja, R\$ 16,00. A partir da segunda semana, o desconto é dado sobre o acumulado da remuneração recebida e do resultado obtido subtrai-se o valor que já foi descontado no contracheque anterior.

Usando o exemplo acima para esclarecer melhor: o valor recebido na primeira semana foi R\$ 200,00 e portanto o desconto foi de R\$ 16,00. Na segunda semana, a remuneração a ser recebida é também de R\$ 200,00. Somando-se as duas semanas, o acumulado é de R\$ 400,00 que terão desconto na faixa de 9%, que correspondem a R\$ 36,00.

Após esse cálculo, o sistema de pagamento subtrai automaticamente o valor em reais que já foi pago, neste exemplo, R\$ 16,00. O desconto final será então de R\$ 20,00 e assim sucessivamente nos outros recebimentos do mês.

É preciso que o recenseador esteja atento, pois o desconto final não se encaixará na faixa estipulada por lei para o montante da remuneração, uma vez que dele foi subtraído o valor do desconto feito no último contracheque.

“Sou supervisor e gostaria de saber quais são os meus direitos na rescisão contratual?”

Supervisor, Rio Grande do Sul

Tanto os supervisores, ACMs, apoio administrativo e recenseadores têm os mesmos direitos baseados na Lei nº 8 745: férias proporcionais ao tempo de trabalho, gratificação natalina, também proporcional aos meses de trabalho e mais 1/3 sobre o valor recebido pelas férias proporcionais. Vale lembrar que só terá direito à gratificação natalina os meses em que o contratado trabalhou mais de 15 dias.

Para os supervisores e ACMs o cálculo é baseado no valor da última remuneração recebida. Por exemplo, um contrato de 90 dias que iniciou em 1º de agosto e finalizou em 31 de outubro com a remuneração de R\$ 400,00, terá direito a: R\$ 99,90 de férias proporcionais (3/12 da última remuneração), o mesmo valor pela gratificação natalina e R\$ 33,30 referentes a 1/3 da constituição das férias.

No caso dos recenseadores, o cálculo base é um pouco diferente porque é feito sobre a média da remuneração recebida durante o tempo de contrato. Para se saber a base de cálculo, o valor da remuneração total recebida deve ser dividido pelo número de meses trabalhados. Por exemplo, num contrato de 90 dias, que correspondem a 3 meses de trabalho, um recenseador recebeu o total R\$ 900,00. Neste caso, a base de cálculo para a rescisão é R\$ 300,00. A partir deste valor, serão calculados os valores das férias, gratificação natalina, tudo isso somado a 1/3 do valor recebido pelas férias proporcionais. Sendo assim, este recenseador terá direito a R\$ 75,00 pelas férias proporcionais e gratificação natalina e R\$ 25,00 referentes a 1/3 das férias recebidas.

Muito Obrigado!

Prezados leitores, o espaço é pequeno para publicar tudo que recebemos, mas aí vão os agradecimentos para aqueles que contribuíram conosco nessa edição: Cleber Forte Defante / RJ, Agência Campo Mourão / PR, Agência Santo Antônio da Platina / PR, Roque Wilson Becker / RS, Irandir de Queiroz / PE, Adriana Amaral / MG, Rubens Duprat / SP, Augusto de Magalhães / BA, Dayse Beckmann / PA, Eva Cerqueira / Ba.

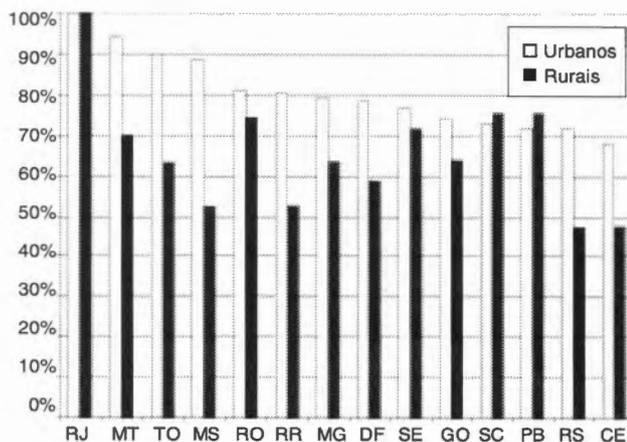


NOTAS

Ranking dos Censos



O Rio de Janeiro saiu na frente, mas tem mais coleta por aí. Se tudo continuar como está, o próximo a encerrar a coleta deve ser o Mato Grosso, com o maior número de setores concluídos na área urbana e um número competitivo também de setores finalizados na área rural. O gráfico se refere à posição da coleta em 14 de novembro e é ordenado pelos maiores percentuais de setores concluídos na zona urbana.



Cenas do Censo

Para os recenseadores em regiões como o Garimpo do Manelão, no Município de Senador José Porfírio, em Belém do Pará, o que vale mesmo é a vontade de fazer a pesquisa. Isso porque as condições do local não são nem um pouco favoráveis ao trabalho.

Veja o que esses pesquisadores têm que enfrentar para fazerem o Censo Agropecuário na região.



Pode parecer incrível, mas isso é uma estrada! Conhecida como Transmanelão, ela teve que ser desobstruída pelos recenseadores Jean, Mendonça, Sandro, Tualpa e Elias para que a Kombi pudesse seguir caminho rumo a mais um setor.



Como se não bastasse a obstrução da estrada por troncos, vem mais força por aí. Agora é o atoleiro provocado pelas chuvas fora de época e empurrar veículos já se tornou uma rotina para eles.



Finalmente, a recompensa. Parece que nem tudo é dureza nesse trabalho e o prêmio desses determinados recenseadores fica à altura do esforço: uma deliciosa cachoeira onde Jean, Mendonça, Sandro e Elias (da esquerda para direita) puderam desfrutar um dos raros momentos de lazer. Tualpa também aproveitou, mas alguém tinha que tirar a foto, não é?

Boa sorte, rapazes, e até a próxima aventura!

Ruído na Comunicação

Em Baixo Guandu, município localizado ao norte do Espírito Santo, o recenseador, entrevistando a proprietária de um estabelecimento agropecuário, perguntou qual era o efetivo de bovinos em 31/07 e obteve como resposta 50 cabeças.

Ele, então, dando continuidade à entrevista, perguntou: "Quantos machos a senhora possui?" Eis a surpreendente resposta da informante: "Meu filho, eu sou viúva!"

Jussara Colen Rieveres, chefe da Dipeq/ES

Na Reta Final

Nos dias 31/10 e 1/11, representantes da direção e chefes de unidades regionais reuniram-se em Salvador, Bahia, para uma nova avaliação dos Censos. O objetivo principal foi traçar estratégias para que a operação de coleta termine em todo País no próximo dia 30 de novembro.

Quando o patinho vira cisne

O patinho feio cresceu e virou um lindo cisne branco, que inspira respeito e admiração a todos que o cercam. E, como na história infantil, a Divisão de Pesquisas - Dipeq - do Rio de Janeiro, após estar na berlinda no Censo de 1991, vira o jogo este ano, termina a coleta em primeiro lugar e mostra o seu lado cisne, motivo de orgulho e exemplo para todos.

À frente desta nova Dipeq há apenas um ano e meio está o técnico em estatística, Romualdo Pereira de Rezende, 38 anos. Funcionário do IBGE há 16 anos, Romualdo ingressou na Instituição como entrevistador da Pesquisa Mensal de Empregos, PME, e hoje é o chefe substituto da Divisão de Pesquisas do Rio de Janeiro. No seu primeiro Censo, ele revela com muito entusiasmo e determinação qual foi a estratégia para essa operação bem sucedida

JC- Até algum tempo atrás, a Dipeq do Rio de Janeiro era considerada uma das divisões de pesquisa menos eficientes do IBGE. A que você atribui o sucesso neste Censo?

RR- De 1993 para cá, tivemos um grande mestre que permaneceu na chefia desta Divisão e imprimiu a sua marca, nos mostrando o "caminho das pedras". Ele deu as diretrizes que, atualmente, nos influenciam e que mudaram muita coisa por aqui.

Quanto ao Censo, acredito que o sucesso desta operação venha da forma como o processo foi gerenciado. Isso porque as pessoas são as mesmas que faziam parte do antigo "patinho-feio" e agora puderam mostrar a competência que sempre tiveram. Permitindo que as pessoas trabalhassem, elas deram o melhor de si.

Na realidade, somente demos o rumo e cada pessoa envolvida nesse trabalho foi um gerente, com autonomia para decidir e resolver os problemas dentro da sua realidade e possibilidades. Acho que esta é a melhor forma e a equipe correspondeu, tendo um

desempenho perfeito. Fico feliz pela Dipeq do Rio de Janeiro ter o trabalho de seus funcionários reconhecido pelo IBGE.



Romualdo Pereira de Rezende,
chefe substituto da Dipeq do Rio de Janeiro

JC- Em algum momento você teve medo desta forma descentralizada de gerenciamento da operação não dar certo?

RR- Não, porque acho que sempre devemos confiar nas pessoas com quem trabalhamos. Tanto que, no primeiro dia de treinamento, es-

távamos num hotel em São Lourenço (Minas Gerais) e a primeira coisa que eu disse quando fiz o discurso de abertura é que tinha certeza de que os Censos no Rio de Janeiro seriam um sucesso e que tinham tudo para dar certo, em função do alto nível dos técnicos presentes ali.

É bem verdade que houve pessoas que nos alertaram dos riscos que correríamos gerenciando uma operação como o censo desta forma descentralizada, dando tanta autonomia. Penso que devemos acreditar nas pessoas e acho que não existem funcionários incompetentes, mas, sim, funcionários desmotivados.

JC- A descentralização foi, sem dúvida, um fator que colaborou com a agilidade da coleta dos Censos no Rio de Janeiro, mas deve ter havido outros fatores que influenciaram no bom andamento dos trabalhos. Você citaria algum outro?

RR- É preciso que fique claro que a descentralização é um processo anterior ao Censo e que exigiu muito planejamento e controle. Durante a coleta, sempre nos

reuníamos para debater as questões pertinentes ao trabalho e, quando necessário, corrigir as diretrizes. Assim, acompanhávamos, na medida do possível, tudo o que acontecia e no momento em que era sinalizado algum problema, a solução era imediata.

Costumo dizer que não demoro mais de 30 segundos para resolver um problema que me é apresentado. Muitas vezes a solução pode não ser a ideal, mas acho importante termos agilidade para resolver as questões e repassar esta solução para que todos a conheçam no menor tempo possível.

Enfim, considero que a rapidez que tivemos em detectar os problemas, dar as soluções e comunicar a todos os envolvidos, foram pontos fortes neste bom desempenho que tivemos.

Além disso, houve planejamento antecipado dos gastos e rapidez em alocar a verba que recebemos exatamente de acordo com o planejado. Não gastamos nem um pouco a mais. Eu diria até que fizemos um Censo barato.

Outro dado importante é que quando começamos o Censo todo o pessoal de coleta recebeu as instruções e sabia como agir, isto é, quais as taxas, como contratar recenseadores, quando dispensar e, enfim, tudo que lhes competia saber para realizarem a operação.

JC- Como foi a divulgação das pesquisas para a população do seu estado?

RR- Tivemos algumas iniciativas como a confecção de camisetas e faixas que divulgaram a operação no Rio. Criamos também seis diferentes modelos de carta para serem distribuídas aos síndicos dos prédios e entrevistados, que informavam sobre os objetivos da pesquisa e forneciam os dados como o nome e

telefone da agência, dos coordenadores, supervisores e recenseadores.

Por fim, aproveitamos ao máximo as oportunidades de aparecer nos meios de comunicação e, sempre que nos solicitavam,

“Devemos acreditar nas pessoas. Acho que não existem funcionários incompetentes, mas, sim, funcionários desmotivados”

*Romualdo Pereira de Rezende,
chefe substituto da Dipeq do
Rio de Janeiro*

estávamos lá para dar os esclarecimentos. Desde que os Censos começaram, raras foram as semanas em que alguma notícia não saía nos veículos sobre as pesquisas e sempre procurávamos direcionar as reportagens para o enfoque de divulgação das pesquisas.

JC- Mesmo com todo planejamento e divulgação, deve ter sido difícil realizar essa operação num estado como o Rio de Janeiro. Quais foram as principais dificuldades encontradas neste Censo?

RR- Os problemas sempre existem meus olhos brilham com eles, porque são a oportunidade de vencer mais um desafio. As principais dificuldades deste Censo foram, inicialmente, o alto índice de desistência dos recenseadores e, mais particularmente aqui no Rio, o receio da população em abrir as portas.

O Rio de Janeiro possui cerca de 15 mil setores, é verdade que a maioria deles na zona urbana, mas existem condomínios fechados onde a entrada é difícil, sem falar nas favelas que exigem uma atenção especial e prévia negociação com a associação de moradores para se fazer a pesquisa. Existem locais, também, onde o recenseador só chega de barco, como as 500 ilhas da região de Itaguaí e o interior, onde em muitos locais só se chega a cavalo.

Mas, no geral, achei que foi fácil. Mais uma vez, digo que pudemos contar com pessoas que tinham experiência e realmente se empenharam para fazer o melhor.

JC- É muito presente em você o reconhecimento e a valorização dos funcionários com quem trabalha. Você acredita que aí esteja a fórmula do sucesso?

RR- Sem dúvida, pois a equipe é responsável por esse bom resultado. Foram eles que fizeram o trabalho. Sempre valorizo e defendo as pessoas que estão comigo, porque penso que esse é o segredo. E todos merecem meu agradecimento especial.

JC- E o que você espera do Censo do ano 2000?

RR- Para o ano 2000 tenho um sonho: espero que toda a parte administrativa e técnica do Censo esteja informatizada. Isso facilitaria imensamente o controle do andamento dos trabalhos.

Por outro lado, me preocupo com o quadro de funcionários do IBGE que vem diminuindo em função das aposentadorias e da não reposição. No Rio, isto ainda não representa um grande problema, mas receio pelas demais Dipeqs do País. No mais, estamos prontos para outra!



O poder que adoça a burocracia

Que as mulheres com seu jeitinho são capazes de grandes proezas, não é novidade para ninguém. Mas, quem diria, por causa delas, alguns homens já desejaram em verso e prosa que o Censo fosse feito uma vez por ano ou que o questionário tivesse várias perguntas, ou melhor, "uma tarde inteira de perguntas".

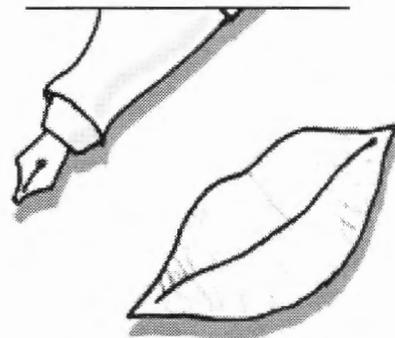
O poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, no recenseamento de 1970 e o escritor catarinense Flávio José Cardozo, no recenseamento de 1991, abrem o coração e mostram que dos simples números do Censo, além de informações importantes para o País, podem surgir as mais surpreendentes fantasias.

Assanhamento

Que venha o Censo 70
e com ele venha
a recenseadora mais bacana,
aquela que ao dizer, com voz de açúcar
(a doce voz é a melhor senha):
"Preencha direitinho esse questionário por favor",
tenha sempre dos homens a resposta:
"Por favor minha flor,
preencho tudo, sou capaz até
de reclamar duzentos questionários,
passando a vida inteira a preenchê-los,
mesmo os mais complicados e mais vários
tendo-a a meu lado, é claro, a me ajudar".
Ah, por que o Governo não faz todo ano um Censo
cem por cento
com uma garota assim, a censear?
Por que não reformula
a engrenagem severa da Fazenda
e bota a coleção destas meninas
cobrando a domicílio
(pois resistir quem há de ao seu veneno)
todas as taxas, todos os impostos
inclusive - terrível - o de renda?

Carlos Drummond de Andrade





Me pergunte, moça

Estou me concentrando para receber a moça do IBGE. Ou moço, sei lá eu, ou alguma simpática senhora, ou algum cidadão que, aposentado, decidiu alistar-se no batalhão do censo para distrair as horas vagas e ganhar um tutuzinho extra, coisa mais do que saudável, aliás, nesta altura do nosso duro campeonato.

Quem me procurará com sua pastinha e suas interrogações? Claro, faço discreta torcida para que seja uma moça, moça tem o condão de tornar o burocrático mais macio, é uma velha sensação que tenho, mas fica publicamente declarado que qualquer visita será considerada de honra e vai, de resto, mais que um dever de civildade e civismo. Afinal, é visita: afinal, é o censo. Bom motivo até, se a hora calhar e as regras do IBGE não impedirem, para um café com pão de casa. Doce de carambola, mel da Cidade das Abelhas. Ou uma batida de caju, pelo menos.

Um amigo que já foi recenseado (e por uma moça) me previne que há duas espécies de questionário - o reduzido, com apenas meia dúzia de perguntas, e um mais complicado e miudeiro, que aplicam de dez em dez casas, e no qual o Governo quer saber, pelo jeito, até o número de nosso colarinho.

O amigo respondeu ao primeiro, mas afirma que teria respondido ao segundo com o maior agrado, posto que a moça era uma graça de pessoa, dessas com quem o mais mudo dos filhos de Deus ficaria conversando semanas.



Mas, volto a dizer que quem vier será acolhido alegremente. E mais: espero que me submetta ao questionário grande, eu ficaria bem frustrado se a moça chegasse aqui em casa, jogasse umas questõezinhas chinfrins do tipo qual a sua idade? Tem automóvel? E fosse embora.

Falo sério. Quero perguntas, muitas, uma tarde inteira de perguntas. É só a moça, ou seja lá quem for, ir formulando. Já que o Governo entra em minha casa para me conhecer, que tire todo o proveito, retalhe-me com sua oficial curiosidade, pouco importa que depois, nos labirintos do IBGE, minhas revelações percam a individualidade, entrem na tabulação geral como um copo d'água que cai num rio. Cá estou, disponível.

Agora, não sei se é coisa possível, mas queria que, entre essas 500 perguntas, ou mais que fossem, a moça fizesse umas duas ou três de caráter menos rotineiro, indagasse, digamos, pelo nível de minhas apreensões e esperanças, o que acho do estado de minha cidadania.

Haverá dessas perguntas no questionário? Será também uma boa técnica censitária apurar também nosso rumor interior, ouvir sentimentos, registrar angústias? Haverá umas cinco linhas em branco reservadas a isso?

Vai ser o último recenseamento do século, do milênio. Numa sutileza verbal, o Governo pede, nos anúncios, que está fazendo nesse censo histórico que a gente conte com ele. Eu queria mesmo contar. Me pergunte, moça, me pergunte.

Flávio José Cardozo



Na mira do arco e flecha

A revolta dos índios Guajajaras do Maranhão contra as péssimas condições da rodovia BR-226 levou-os a fazer um protesto que bloqueou a estrada e manteve 150 pessoas como reféns durante 7 dias. A mobilização que, na opinião da FUNAI, foi apoiada por políticos, pretendia a liberação de recursos para a total recuperação da estrada.

João Francisco Costa, 45 anos, é coordenador de área na região de São João dos Patos, Maranhão e foi um desses reféns. Há vinte e seis anos no IBGE, ele conta neste depoimento como foi a experiência.

"Era quinta-feira, dia 17 de outubro, umas três horas da tarde. Eu estava indo de Barra do Corda para Grajaú, no carro do IBGE, para fazer um setor. Junto comigo, estava uma colega recenseadora que havia pego carona. Eu fui já sabendo que os índios tinham feito uma barreira e não permitiam a passagem ou, quando permitiam, cobravam pedágio de R\$ 50,00 a R\$ 100,00.

Quando cheguei na barreira, vi aquele montão de índios, cerca de cem deles, armados com espingardas, arcos, pedaços de pau e a estrada impedida por troncos de árvores. O chefe deles levantou os braços e gritou: Todos daqui prá frente não voltam, vão ficar com a gente. Infelizmente, nosso carro estava entre os escolhidos.

Silêncio total, parecia que o tempo tinha parado. Imediatamente, eles vieram na minha direção, puseram uma arma na minha cabeça e pediram que eu me retirasse do carro e entregasse as chaves. Argumentei que haviam documentos importantes no carro e que eu não podia entregar as chaves. Eles acabaram me deixando estacionar o veículo, trancá-lo e ficar com as chaves.

Éramos cerca de 150 pessoas nas mãos de, aproximadamente, 600 índios. Entre os reféns haviam trabalhadores, crianças, velhos, inclusive uma senhora de 80 anos. Logo no primeiro dia, fomos todos pintados com tinta de jenipapo, que fica no corpo de 10 a 12 dias, para facilitar a identificação como reféns.

Eu, a recenseadora, um engenheiro e duas secretárias ficamos separados do grupo. Nos davam um tratamento diferenciado, mas tínhamos que obedecer as ordens deles. Comíamos outra comida, visitávamos os outros reclusos e servíamos como intermediários entre eles e os caciques, providenciando tudo o que precisávamos como água, leite e remédios.

Ninguém era maltratado fisicamente, comíamos relativamente bem e à noite, tínhamos autorização para ver o Jornal Nacional. Mas, a tortura psicológica era grande. Eles nos ameaçavam de agressões físicas e de incendiar nossos veículos. Se alguma notícia do telejornal não os agradava, por ser contra o andamento das negociações para a reforma da estrada, pintavam-se como se fossem para a guerra e passavam a noite batendo tambores, dançando e entoando cantos de guerra. É óbvio que ninguém conseguia dormir.

Pior do que não poder dormir, era não poder falar com a minha família. Só pude ligar para eles três vezes nesta semana fatídica. Durante o dia, não era permitido sequer escrever e ficávamos perambulando pela aldeia. Ao anoitecer, muitas vezes, nos reuníamos ao redor da fogueira e conversávamos sobre nossas famílias e nossa situação.

No domingo, acordei com febre alta. Fiquei mal e fui para um hospital próximo, acompanhado de 20 nativos, na caminhonete que eles tomaram da FUNAI. O médico informou que eu te-

ria que ficar no hospital mais dois dias internado para me recuperar. Os índios não quiseram saber de conversa e me levaram de volta para a aldeia.

No dia seguinte, eu estava um pouco melhor, mas ainda fiquei de repouso. Na terça-feira, o representante do ministro chegou à aldeia, às onze horas, para iniciar as negociações. O acordo parecia que não ia acontecer e os índios ameaçaram atear fogo ao avião do representante. Mas, às duas da tarde, após a assinatura do acordo, todos foram libertados.

Eu não quis sair logo. Quis conversar com os caciques para os recenseadores poderem continuar a trabalhar na aldeia. Sempre prezei manter um bom relacionamento com os índios, porque estamos sempre fazendo pesquisas naquela região e eu sou uma pessoa que eles conhecem e confiam. Eu não queria quebrar esse laço.

Muita gente me perguntou se eu tive medo. No início, minha vontade era sair correndo! Tive várias oportunidades para fugir e cheguei até a planejar uma fuga durante a noite. Mas tive que ter muito sangue-frio e não pensar só em mim. Como ficaria a imagem do IBGE daí para frente, perante aquela aldeia? E todos os documentos no carro? As cadernetas do recenseamento de 1991 estavam todas lá! Apesar de toda humilhação e pressão que sofri, o trabalho falou mais alto e o senso de responsabilidade pesou na minha decisão de ficar."

Jornal do Censo

Publicação quinzenal da
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e
Estatística, produzida pela Coordenação de
Operação do Censo / Comunicação.

Rua General Canabarro, 666, sala 407, Maracanã
- Rio de Janeiro / RJ - 20271-201

Telefone: (021) 569-2043 r. 314 e 315

Fax: (021) 284-2543

Endereço na internet:

<http://www.censo.ibge.gov.br>

e-mail:

censo@cddi.ibge.gov.br

Coordenadora do Projeto e Editora:

Micheline Christophe

Repórter:

Danielle Macedo

Copydesk e Revisão:

José Luís Nicola

Anna Maria dos Santos

Cristina Ramos Carlos de Carvalho

Iaracy Prazeres Gomes

Maria de Lourdes Amorim

Maria da Penha Uchôa da Rocha

Kátia Domingos Vieira

Onaldo Pedro Merisio

Projeto Gráfico e Diagramação:

Mauro Emílio Araújo

Editoração:

Heinz Prellwitz

Colaboradores:

Carlos Alberto Júlio

Marlene Duarte

Impressão e Circulação:

Gráfica do IBGE

Tiragem: 50.000 exemplares.

Permitida a reprodução das matérias e das ilustrações desta edição, desde que citada a fonte.